

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.084 - RN (2018/0272623-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**RECORRIDO : BRONIO DA SILVA COSTA**  
**ADVOGADO : ROSEMÁRIA DOS SANTOS AZEVEDO - RN012821**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. OFENSA AO ART. 619 DO CPP. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

Recurso especial desprovido.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público do Rio Grande do Norte**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local na Apelação Criminal n. 2017.007390-2.

Na sentença, fls. 62/64, o recorrido Bronio da Silva Costa foi absolvido, da imputação do crime previsto no art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, com suporte no art. 397, III, do Código de Processo Penal.

Inconformadas com os termos do édito absolutório singular, a acusação interpôs recurso de apelação (fls. 66/71).

O Tribunal potiguar negou provimento ao apelo ministerial (fls. 101/103):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 12, *CAPUT*, DA LEI 10.826/2003). IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL EM FACE DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA EMBASAR UMA CONDENAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO REO*. MANTIDA A ABSOLVIÇÃO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração (fls. 113/116), foram rejeitados

(fls. 125/129):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO NO *DECISUM* EMBARGADO. FATOS E PROVAS DEVIDAMENTE ANALISADOS. DECISÃO SOBEJAMENTE MOTIVADA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DO ART. 619 DO CPP. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. CONHECIMENTO E REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

O recurso especial aponta a violação do art. 619 do Código de Processo Penal, *tendo em vista que não enfrentada a contradição ventilada em sede de embargos de declaração* (fl. 138).

Aduz o recorrente que *nas razões do referido recurso, foi suscitado que se, por um lado, o acórdão primevo reconheceu que o recorrido guardava consigo arma de fogo, por outro, em contradição, não o condenou pelo prática do delito previsto do art. 12 da Lei nº 10.826/2003! [...] Em sede de embargos, em vez de corrigir a erronia, o Tribunal de origem cingiu-se a consignar alegações genéricas a respeito da inexistência de vícios e da suposta pretensão de rediscussão da matéria. [...] Ora, sabendo-se que ao réu não foi atribuída a conduta de adquirir, mas a de possuir arma de fogo em desacordo com determinação legal, mostra-se contraditório concluir que "a autoria do delito não restou comprovada" (fl. 78), uma vez que, repita-se, no acórdão sob vergasta foi reconhecido que o recorrido tinha "ciência de que [a espingarda] encontravam-se (sic) na sua oficina." (fl. 79) – (fl. 139).*

Pede o conhecimento e o provimento do recurso para que seja declarada a nulidade do combatido aresto, em face da existência de contradição, com o consequente retorno dos autos à instância *a quo*, para que seja realizado novo julgamento, desta feita com expresse reconhecimento da antinomia detectada entre a argumentação delineada no aresto vergastado e a sua conclusão. Alternativamente, requer, seja desde logo, a condenação do recorrido nas penas do art. 12 da Lei n. 10.826/2003.

Decorrido o prazo sem o oferecimento de contrarrazões (fl. 142), o recurso especial foi admitido na origem (fls. 143/144).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento da insurgência (fls. 158/161).

RECURSO ESPECIAL. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. SUPOSTA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

1. Depreende-se que, ao contrário do alegado pelo recorrente, a decisão proferida, quando do julgamento dos embargos, enfrentou todos os aspectos necessários ao deslinde da questão.

2. Assim, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional, uma vez que a Corte *a quo* consignou os motivos de seu convencimento, procedendo ao completo e fundamentado desate da lide, inclusive demonstrando que não havia elementos probatórios hábeis à condenação do recorrido.

3. Pelo desprovimento do recurso especial.

É o relatório.

Razão não assiste ao recorrente.

Tenho que não prospera a alegação de ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal, porquanto a controvérsia se mostrou solucionada e com a devida fundamentação, sendo delimitadas claramente todas as questões submetidas a juízo.

Nos aclaratórios (fls. 524/525), a defesa suscitou contradição relativa à configuração da autoria delitiva, notadamente entre a fundamentação exposta e a conclusão inferida.

Com efeito, a contradição mencionada no art. 619 do Código de Processo Penal se refere à existência de proposições inconciliáveis no *decisum*, o que não se verifica no acórdão.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ANÁLISE DOS EFEITOS DA DECISÃO DO STJ SOBRE OS CESSIONÁRIOS. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. **CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. ERRO MATERIAL. RECONHECIMENTO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CABIMENTO.**

1. Afasta-se a alegação de omissão do julgado se a matéria foi examinada, apenas com conclusão diversa da pretendida pela parte.

2. **A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos de declaração é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.**

3. Configura erro material a indicação equivocada da data da propositura da ação.

4. Descabida a condenação em honorários advocatícios de sucumbência se a reclamação teve a inicial indeferida liminarmente, sem determinação de ato citatório.

5. A interposição de recurso regularmente previsto no ordenamento jurídico não caracteriza litigância de má-fé, sobretudo quando houve voto vencido que o acolhia.

6. Embargos de declaração da VALE S/A rejeitados. Embargos de declaração de ANTÔNIO GERALDO BETHIOL e JOÃO MANOEL DE ALMEIDA acolhidos em parte, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt na Rcl n. 31.601/MA, Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 3/8/2018 – grifo nosso).

Conforme exposto pela Procuradoria-Geral da República, *constata-se que todas as questões importantes ao deslinde da controvérsia foram examinadas com acuidade pelo Tribunal a quo, que não se olvidou de refutar a suposta omissão ou contradição suscitada [...] tendo ratificado o entendimento pela decisão absolutória* (fls. 160/161).

Ao reiterar o entendimento pela absolvição do recorrido, a Corte de origem apresentou a seguinte razão de decidir (fls. 512/517 – grifo nosso):

[...]

É cediço que os Embargos de Declaração são cabíveis quando se vislumbra ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão da decisão embargada (art. 619, CPP), o que não é a moldura apresentada nos autos.

**Nada obstante as alegações do embargante, não há como agasalhar os argumentos lançados em seu recurso, eis que não demonstrado qualquer vício delineado no dispositivo acima.**

Ao assinalar que discorda da condenação imposta no acórdão impugnado, conforme decidido por este colegiado, pretende o embargante rediscutir a matéria já decidida, o que não é possível através da via eleita.

Portanto, **não há que se falar em quaisquer dos vícios apontados pelo art. 619 do CPP. Há, antes, uma interpretação destoante da pretendida pelo embargante, o qual deverá, caso assim o queira, manejar instrumento processual adequado para a rediscussão da matéria.**

Nesta ordem de considerações, não há como agasalhar o pleito lançado pelo embargante em seu recurso.

Destarte, não configurado quaisquer dos vícios contidos no art. 619 do CPP, especialmente contradição, sob pena de rediscussão da matéria já decidida, padecem as alegações nos presentes aclaratórios e, logicamente, o seu pleito infringente.

**No presente recurso busca-se, em verdade, a modificação do julgado por via sabidamente inadequada, na medida em que os embargos de declaração são recursos de fundamentação vinculada, adstritos à correção dos vícios de omissão, contrariedade, obscuridade ou, ainda, erro material.**

**Em que pese os indícios, não há certeza do cometimento do crime, e a dúvida beneficia o acusado, na verdade determina a absolvição, em razão do princípio do *in dubio pro reo*.**

O doutrinador Renato Brasileiro de Lima, explica que: "o *in dubio pro reo* não é, portanto, uma simples regra de apreciação das provas. Na verdade, deve ser utilizado no momento da valoração das provas: na dúvida, a decisão tem de favorecer o imputado, pois o imputado não tem a obrigação de provar que não praticou o delito. Antes, cabe à parte acusadora (Ministério Público ou querelante) afastar a presunção de não culpabilidade que recai sobre o imputado, provando além de uma dúvida razoável que o acusado praticou a conduta delituosa cuja prática lhe é atribuída".

[...]

Destaca-se, portanto, que o Tribunal de origem foi enfático ao dispor que não há elementos de prova aptos a ensejar a condenação do recorrido, notadamente sob a tese colacionada no acórdão da apelação que dispõe que *a absolvição deve ser mantida, pois a autoria do delito não restou demonstrada, com segurança, no universo probatório colacionado. Eis que nas declarações judiciais que foram prestadas pelo acusado foi afirmado que a espingarda soca-soca não era dele, mas que a arma foi deixada na sua oficina para ser soldada, apesar de ter afirmado que não fazia esse tipo de serviço. [...], se a prova indiciária, que foi suficiente para a instauração da ação penal, não foi corroborada por outros elementos de convicção durante a instrução processual, desincumbindo a acusação de seu ônus, sendo, portando, frágil para ensejar um decreto condenatório, a absolvição*

*impõe-se, em obediência ao princípio in dubio pro reo* (fls. 102/103 – grifo nosso).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

